



FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

**PEDIDO DE COTAÇÃO
009/2010**

Critério de Seleção : Melhor Preço

Valor Anual Estimado: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Recebimento de Propostas :

Dia : 24 de maio de 2010

Hora : 10:00 horas

Local: 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 310
Sede da Fundação Luís Eduardo Magalhães

A Comissão Permanente de Seleção e Contratação da Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM, designada pela Portaria N.º 046/2010 da Superintendente Geral da FLEM, torna público que no dia, hora e local acima determinados, receberá documentação e propostas referentes ao objeto desta seleção de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e na Norma de Seleção de Fornecedores e Contratação de Bens e Serviços desta FLEM, instituída pela Resolução N.º 003 de 18 de março de 2005, do Conselho de Administração da FLEM.

1. DO OBJETO

Constitui objeto desta Seleção a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Auditoria Externa nas demonstrações contábeis da Fundação Luís Eduardo Magalhães.

1.1 As obrigações da empresa vencedora e a forma de execução dos serviços estão descritas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

1.2 O contrato a ser firmado com a empresa vencedora desta seleção será pelo prazo de 12 (doze) meses e a contratação obedecerá às condições constantes da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços, Anexo VI, deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. São pré-requisitos de participação, exigidos das empresas interessadas:

- a) que tenham sido convidadas, ou não, pela FLEM;
- b) que estejam devidamente credenciadas nos órgãos de registros profissionais;
- c) que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;
- d) que tenham visitado a sede da FLEM para conhecer o quantitativo e o tipo dos serviços a serem executados;
- e) que apresentem a Declaração de Pleno Conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital;
- f) que não se encontrem submetidas a suspensão temporária do direito de licitar e contratar, face a sanção administrativa imposta pela FLEM, pelo Estado, União ou Municípios;
- g) que não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a FLEM ou com a Administração Pública, ressalvada a hipótese de reabilitação, na forma da Lei;
- h) que tenham cumprido integralmente contratos porventura anteriormente firmados com a FLEM;

2.2. Não serão admitidas como proponentes nesta seleção, pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio, sendo vedada, também, a participação de empresas cujos dirigentes participem, como sócios ou diretores, de outras empresas do mesmo ramo também concorrentes nesta seleção;

2.3. Cada empresa apresentará uma só proposta, não sendo admitidas propostas alternativas;

2.4. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação neste processo de seleção, de mais de uma empresa.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

A empresa vencedora, que vier a ser contratada, obrigará-se a, a:

- a) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos, inclusive encargos trabalhistas de qualquer natureza, necessárias à execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Edital;
- b) zelar pela boa e completa execução dos serviços objeto deste Edital e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela FLEM, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste Edital;
- d) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, identificação, disciplina e demais regulamentos vigentes na CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Edital;
- e) restituir, nas mesmas condições e especificações que lhe foram entregues e dentro do prazo que for determinado, os materiais, equipamentos e utensílios cedidos pela CONTRATANTE para uso nos serviços objeto deste Edital;
- f) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causados à FLEM e/ou a terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sobre sua responsabilidade, na execução dos serviços contratados;
- g) pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços objeto deste Edital, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales transporte etc., obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para a FLEM;
- h) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Edital;
- i) observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços;
- j) comunicar à CONTRATANTE, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços objeto do presente Edital, inclusive indicando o nome do responsável, se for o caso.

4. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. As Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser entregues na data e horários fixados no *caput* deste Edital, em envelopes distintos, sendo: ENVELOPE “A” – Proposta de Preços e ENVELOPE “B” - Documentação de Habilitação, devidamente fechados, endereçados à Comissão Permanente de Seleção e Contratação, contendo o título do seu conteúdo, a indicação e o número do Edital, juntamente com o nome da empresa proponente.

4.2. Para a correta elaboração da proposta de preços – ENVELOPE “A”, a proponente deverá examinar os documentos exigidos no Edital e atender as instruções constantes do Anexo I e as exigências e modelo do Anexo II, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais – ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

4.3. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

4.4. A Proposta de Preços – ENVELOPE “A” - deverá ser apresentada em linguagem clara; digitada ou datilografada apenas no anverso; sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas; rubricada e assinada pelo representante legal ou mandatário da proponente, contendo:

- a) Razão Social da empresa, CNPJ e endereço completo;
- b) programa de trabalho a ser desenvolvido no cumprimento do objeto deste Edital;
- c) Preço Global para execução dos serviços, expresso em real (R\$);
- d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- e) data, identificação e assinatura do representante legal da proponente.

4.5. As propostas de preços serão analisadas pelo seu Valor Global.

4.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, incluídas as despesas com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fardamento, transporte de qualquer natureza, alimentação, administração, impostos, taxas e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela proponente de suas obrigações.

4.7. O preço cotado na proposta é definitivo, não sendo aceita qualquer comunicação posterior, por qualquer meio, informando engano, erro ou omissão da proponente ou de seus funcionários.

4.8. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes, estender tal validade por prazo superior.

4.9. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

4.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero.

4.11. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

4.12. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

4.13. Os documentos necessários à habilitação – ENVELOPE “B” - deverão estar com prazos vigentes, e ser apresentados através de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do documento original para autenticação por parte da Comissão. Para a habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, ou Certidão Simplificada do Contrato Social, atualizada, emitida pela Junta Comercial da sede da proponente, comprovando que o ramo de atividade da proponente é pertinente ao objeto da seleção;
- b) comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Públicas: Federal, inclusive com a Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal da sede da proponente;
- d) Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, dentro do prazo de validade;

- e) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade;
- f) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta seleção;
- g) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, na forma da lei, contendo a Declaração de Habilitação Profissional – DHP, sob a forma de etiqueta autoadesiva, ou outro documento legal que a substitua, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial;
- h) demonstrativo comprovando a boa situação financeira da proponente através dos índices de Solvência Geral, Liquidez Geral e Liquidez Corrente. Somente será qualificada a proponente que apresentar resultado igual ou maior que 1,0 (um) nos referidos índices. O cálculo dos índices deverá ser feito da seguinte forma:

$$\text{ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passível não Circulante}}$$

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passível não Circulante}}$$

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- i) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da seleção;
- j) Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CRC, pelo IBRACON e pela CVM, em nome da proponente;
- k) comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da seleção, através da apresentação de três atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, quanto à prestação, há pelo menos 05 (cinco) anos, de serviços idênticos ou similares aos que são objeto da presente seleção. Os Atestados deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade - CRC;
- l) comprovação de que possui no quadro permanente da empresa profissional de nível superior, o qual será o responsável técnico pela execução dos serviços e que deverá estar indicado nos atestados apresentados. A comprovação de que o profissional referido integra o quadro permanente da proponente deverá ser feita através do Contrato Social, quando sócio, ou com a apresentação da Carteira Profissional (folha de identificação, retrato e do contrato de trabalho), e mediante a prova do recolhimento da contribuição correspondente ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do mês anterior ao da apresentação da documentação e propostas;
- m) declaração da proponente confirmando que visitou a sede da FLEM e que conhece o quantitativo e o tipo dos serviços a serem executados, conforme anexo V;
- n) identificação do representante da proponente que assinará o eventual Contrato, constando: nome, estado civil, profissão, cargo que ocupa na empresa, CPF, Identidade, telefone e e-mail de contato.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1 A seleção será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- a) recebimento, pela Comissão Permanente de Seleção e Contratação, da Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação, conforme o modelo constante do Anexo III deste Edital; dos envelopes “A” e “B” contendo as Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação, em Sessão Pública no dia, hora e local previstos no *caput* deste Edital;
 - b) abertura dos Envelopes de Preços e verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos deste Edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
 - c) classificação das propostas por ordem de MENOR PREÇO GLOBAL;
 - d) abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da proponente melhor classificada e análise da documentação nele contida, pela Comissão e pelos participantes presentes. A constatação de ausência de documentos exigidos, ilegibilidade ou desconformidade dos mesmos com o exigido pelo Edital, implica em imediata inabilitação;
 - d.1) Se a documentação de habilitação da proponente melhor classificada não atender às exigências do Edital, a licitante será inabilitada e a Comissão examinará a documentação das demais proponentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências editalícias;
 - e) aprovação do resultado da seleção e adjudicação do objeto ao vencedor.
- 5.2 Será declarada vencedora a proposta que o julgamento indicar como sendo a melhor, levando-se em consideração o conceito de custo/benefício proporcionado no menor custo global para a FLEM.
- 5.3 O resultado da seleção será encaminhada para homologação da Superintendência Geral da FLEM através do RELATÓRIO DE JULGAMENTO.
- 5.4 Todas as folhas das propostas de preços e da documentação de habilitação serão devidamente numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão e pelos participantes presentes.
- 5.5 No presente processo de seleção somente poderá se manifestar, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada. Entende-se como credenciada a pessoa indicada em procuração ou em carta de apresentação ou, ainda, sócio ou dirigente da licitante, condição esta que deverá ser documentalmente comprovada perante a Comissão de Seleção.
- 5.6 Da sessão inicial, bem como das subseqüentes, se houver, serão lavradas atas circunstanciadas, nas quais serão consignadas eventuais impugnações ou ressalvas apresentadas pelas proponentes. Essas atas serão assinadas pelos membros presentes da Comissão e pelos representantes credenciados das proponentes.
- 5.7 Após a entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços, pelos proponentes à Comissão, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6. DO JULGAMENTO

- 6.1 Esta seleção é classificada como do tipo “**MELHOR PREÇO**”, sendo declarada vencedora a proponente que havendo atendido às exigências de execução dos serviços e as demais condições estabelecidas neste Edital, ofertar o MELHOR PREÇO GLOBAL para a execução dos serviços objeto deste Edital, assim considerado aquele que resultar no menor dispêndio para a FLEM.
- 6.2 A Comissão fará a análise, avaliação e classificação das propostas rigorosamente em conformidade com os critérios estabelecidos neste Edital.
- 6.3 Na avaliação das propostas para efeito de classificação a Comissão levará em conta todos os aspectos de que possa resultar vantagem para a FLEM.
- 6.4 Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão designará dia e hora para que os participantes empatados apresentem novas ofertas de preços. Se nenhum deles puder, ou quiser, formular nova proposta, ou caso se verifique novo empate, o certame será decidido por sorteio entre os igualados.

6.5 Serão desclassificadas as propostas que não satisfizerem as condições previstas neste Edital, e aquelas que apresentarem preços excessivos, assim consideradas as que estiverem acima do preço de mercado, bem como as que se basearem em propostas de outras proponentes.

6.6 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da seleção, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do referido procedimento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

6.7 Uma vez definido o resultado do julgamento a Comissão poderá negociar com a empresa vencedora melhores e mais vantajosas condições para a FLEM. A negociação será feita, sempre, por escrito e as novas condições dela resultantes passarão a integrar a proposta e o contrato subsequente.

7. DO PREÇO E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 O pagamento pela execução dos serviços objeto desta Seleção será efetuado mensalmente, através de crédito em conta corrente bancária, em até 10 (dez) dias após a apresentação de Nota Fiscal eletrônica e depois de devidamente atestado o serviço por preposto da FLEM.

7.2 Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para execução dos serviços objeto desta seleção, de acordo com o que contém o Edital, incluídas as despesas com materiais, equipamentos, taxas, impostos, eliminação de defeitos, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta seleção.

8. DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES

8.1 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato no prazo de até 5 (cinco) dias a partir da data de homologação da seleção, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela FLEM.

8.2 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação, bem como apresentar o plano de trabalho das auditorias trimestrais e comprovar o vínculo empregatício de cada um dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, através de Contrato de Trabalho devidamente assinado.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à FLEM examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo participante, das condições de habilitação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Norma de Seleção e Contratação de Fornecedores da FLEM.

8.4 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

8.5 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.6 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

8.7. A realização desta seleção não obriga a FLEM a efetivar a contratação de seu objeto, podendo a seleção ser revogada, anulada, cancelada ou transferida a qualquer tempo, bem como ter os seus itens reduzidos ou aumentados a seu exclusivo critério.

8.8. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços ficará a cargo da Superintendência Administrativa Financeira da FLEM, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da proponente na forma das disposições insculpidas no Regulamento aplicável à espécie.

8.9. Os serviços objeto deste Edital serão aceitos como definitivos, após a comprovação do adimplemento pela Contratada, de todas as suas obrigações contratuais.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Caso a proponente vencedora se recuse a assinar o contrato no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data em que receber a notificação serão chamadas sucessivamente por ordem de classificação as demais concorrentes, sujeitando-se a faltosa às penalidades legais cabíveis.

10.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na sua execução, sujeitará a Contratada à multa de mora, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação da FLEM, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.3. A multa a que se refere este item não impede que a FLEM rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Norma de Seleção e Contratação de Fornecedores da FLEM.

10.4. A FLEM também se reserva o direito de rescindir unilateralmente o contrato, bem como aplicar as demais sanções previstas em sua Norma de Seleção e Contratação de Fornecedores, quando comprovada a falta de qualidade nos produtos fornecidos pela Contratada.

10.5. As multas e sanções previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

10.6. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a FLEM e a reincidência na prática do ato.

11. DOS RECURSOS PROCESSUAIS

11.1. Qualquer interessado prejudicado por ato de habilitação, classificação ou julgamento praticado pela Comissão de Seleção, na presente seleção, poderá recorrer, mediante:

- a) Pedido de Reconsideração;
- b) Recurso Hierárquico.

11.2. São de 02 (dois) dias úteis contados da data de comunicação do ato impugnado o prazo para formulação do Pedido de Reconsideração e do Recurso Hierárquico.

12 DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros destinados ao pagamento pela execução dos serviços objeto desta seleção serão oriundos de Recursos Próprios da FLEM ou provenientes de Contratos ou Convênios por ela firmados com Instituições públicas ou privadas.

13 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Qualquer cidadão ou participante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do certame, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública, cabendo à Presidente decidir sobre a petição no prazo de até 1 (um) dia útil.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As proponentes, antes da elaboração das respectivas propostas deverão verificar todos os elementos técnicos fornecidos, comunicando por escrito a Comissão, até o 2º (segundo) dia útil antes da sessão inaugural, as dúvidas e/ou omissões porventura observadas.

14.2. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Comissão, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.3. A Comissão poderá, em qualquer fase da seleção, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de seleção, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.4. Até a assinatura do Contrato, poderá a FLEM desclassificar empresas, sem que tal fato gere, para as mesmas, direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da seleção que revele sua inidoneidade ou falta de capacidade financeira ou técnica.

14.5. A Comissão, no interesse da FLEM, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a Norma de Seleção e Contratação de Fornecedores da FLEM.

14.6. A FLEM não reembolsará as despesas incorridas pelas proponentes na elaboração das propostas.

14.7. Quaisquer esclarecimentos a respeito desta Seleção serão prestados pela Comissão, nos dias úteis e no horário normal de expediente, na sede da FLEM, através do e-mail licitacao@flem.org.br, ou através dos telefones (71) 3115-6787, Fax (71) 3115-3993.

14.8. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Salvador, 13 de maio de 2010

Rosana Oliveira São Pedro
Presidente da Comissão de Licitação

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA A SER CONTRATADA:

- a) Executar os serviços objeto deste Edital de acordo com os padrões reconhecidos de auditoria;
- b) Emitir relatório principal com a análise das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2010, observando a NBCT 10, contendo:
 - I. Parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis;
 - II. Demonstrações contábeis:
 - Balanço patrimonial;
 - Demonstração do resultado;
 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
 - Demonstrações das origens e aplicações de resultados;
 - Demonstração de fluxo de caixa;
 - Notas explicativas às demonstrações contábeis.
- c) Elaborar e emitir relatórios trimestrais relativos ao primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres do exercício de 2010, sendo este último conclusivo, todos contendo recomendações destinadas à:
 - I. Aprimorar os controles internos e oferecer à FLEM maior segurança sobre transações;
 - II. Aprimorar os procedimentos internos contábeis em vigor.
- d) Emitir relatório específico sobre as observações decorrentes do trabalho de Auditoria Fiscal e Trabalhista;
- e) Indicar um representante para prestar esclarecimentos sobre os resultados do trabalho e as circunstâncias em que ocorreram as apreciações de contas de cada trimestre nas reuniões do Conselho Fiscal;
- f) Indicar um representante para acompanhamento dos trabalhos da comissão inventariante;
- g) Possuir registro no CVM.

2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Na execução dos Serviços de Auditoria Externa deverão ser observadas as normas reconhecidas de auditoria, considerando-se, ainda:
- a) utilização de pessoal técnico experiente;
 - b) independência para julgamento dos fatos;
 - c) grande zelo na realização dos trabalhos e na elaboração do parecer, estabelecendo os critérios no planejamento;
 - d) estudo criterioso do sistema contábil e de controles internos, a fim de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 20 dias, contados da data da disponibilidade das demonstrações contábeis do período em análise.

4. PESSOAL TÉCNICO

- 4.1. Os trabalhos deverão ser conduzidos por pessoal devidamente qualificado, com adequada supervisão de profissional nível Sênior.

- 4.2. Os responsáveis técnicos deverão estar habilitados ao exercício da profissão pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC e presentes em todas as etapas do trabalho.
- 4.3. Todo o pessoal técnico deverá guardar completo sigilo profissional e manter absoluta independência de julgamento.
- 4.4. O(s) responsável(is) técnico(s) deverá(ão) apresentar Atestados de Idoneidade Técnica emitidos por duas organizações com personalidade jurídica de Direito Público e duas de Direito Privado.

5. APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

- 5.1. Na execução dos serviços de Auditoria Externa deverão ser aplicados os procedimentos de:
 - a) identificação dos principais sistemas de controle interno, com reflexos significativos na contabilidade;
 - b) testes para estabelecer a adequabilidade desses sistemas e para comprovar se estão sendo devidamente aplicados;
 - c) exame dos controles operacionais e financeiros, para determinar a natureza, oportunidade e extensão dos testes de transações específicas;
 - d) inspeções e contagem física de determinados ativos e verificações com base em dados externos, para determinar a eficiência dos referidos sistemas de controle e o grau de confiança que pode ser depositado nos dados contábeis por eles gerados

6. EMISSÃO DE PARECER

- 6.1. O parecer emitido deverá abranger, necessariamente, os seguintes aspectos:
 - a) se o exame foi conduzido de conformidade com as normas reconhecidas de auditoria e se foram aplicados todos os procedimentos técnicos de auditoria julgados necessários, segundo as circunstâncias.
 - b) se as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade.
- 6.2. O parecer emitido deverá ser:
 - a) Sem ressalva: quando não houver qualquer discordância ou restrição a fazer, concernente aos aspectos anteriormente citados. Parecer sem ressalva só deverá conter parágrafo de ênfase quando houver incerteza em relação a fato relevante, com possível reflexo significativo nas demonstrações financeiras.
 - b) Com ressalva: quando houver alguma discordância ou restrição concernente a quaisquer dos aspectos anteriormente citados.
 - c) Adverso: quando as ressalvas forem de tal magnitude, que impliquem em afirmar que as demonstrações contábeis não representam adequadamente a situação patrimonial e financeira.
 - d) Com abstenção de opinião: quando não houver comprovação suficiente que permita fundamentar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da FLEM. Essa situação poderá decorrer de limitações aos procedimentos de auditoria ou da inadequação dos registros contábeis.

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor do serviço por trimestre, conforme Termo de Referência, anexo I deste Edital.	
Preço Global Anual = valor do serviço por trimestre x 4	

PREÇO GLOBAL ANUAL = _____

Salvador,dede 2010

Razão Social
CNPJ
Nome do Representante Legal e assinatura

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010

Declaramos sob as penas da lei, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis aplicáveis.

Salvador,dede 2010

Razão Social
CNPJ
Nome do Representante Legal e assinatura

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010

ANEXO IV – MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador,dede 2010

Razão Social
CNPJ
Nome do Representante Legal e assinatura

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010

Em cumprimento ao quanto exigido pelo Edital de Seleção do Pedido de Cotação n.º 009/2010, declaramos termos visitado o local onde serão desempenhadas as atividades objeto da licitação, tomando conhecimento do quantitativo e do tipo dos serviços a serem executados, além de todos os elementos necessários á formulação de nossa proposta para atendimento do serviço.

Salvador,dede 2010

Razão Social
CNPJ
Nome do Representante Legal e assinatura

PEDIDO DE COTAÇÃO N.º 009/2010
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A **FUNDAÇÃO**
LUIS EDUARDO MAGALHÃES – CENTRO
DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A
NA FORMA A SEGUIR ENUNCIADA:

A **FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES** – CENTRO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.037.070/0001-02, com sede e foro nesta capital, na 3ª avenida do CAB, 310, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pela sua Superintendente Geral, Sra., portadora da Carteira de Identidade n.º, emitida pela, inscrita no CPF/MF sob o n.º, devidamente autorizada na forma dos seus Estatutos Sociais, e a **EMPRESA VENCEDORA**, com sede à, inscrita no CNPJ sob o n.º....., doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo sócio gerente, Sr., brasileiro,, portador do documento de Identidadeemitido pela, e do CPF n.º, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa, em conformidade com o Pedido de Cotação n.º 009/2010, bem como no quanto consta do Processo n.º xxxxx/09 e na Norma de Seleção de Fornecedores e Contratação de Bens e Serviços da **CONTRATANTE**, instituída pela Resolução n.º 003 de 18 de março de 2005, do Conselho de Administração da **CONTRATANTE**, partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, mediante as condições estipuladas nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação, pela **CONTRATADA**, de serviços técnicos de Auditoria Externa nas demonstrações contábeis da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: As obrigações da **CONTRATANTE** e a forma de execução dos serviços estão descritas no Termo de Referência, Anexo Único deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** além das obrigações contidas neste Contrato, por determinação legal, obriga-se a:

- a) fiscalizar e acompanhar a execução deste Contrato, sem reduzir ou excluir a responsabilidade da **CONTRATADA**;
- b) facilitar o acesso dos profissionais da **CONTRATANTE**, designados para a execução dos serviços, ao local onde estes serão executados;
- c) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições aqui pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das obrigações contidas neste Contrato, por determinação legal, obriga-se a:

- a) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos, inclusive encargos trabalhistas de qualquer natureza, necessárias à execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Contrato;

- b) zelar pela boa e completa execução dos serviços objeto deste Contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela FLEM, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- d) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, identificação, disciplina e demais regulamentos vigentes na CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;
- e) restituir, nas mesmas condições e especificações que lhe foram entregues e dentro do prazo que for determinado, os materiais, equipamentos e utensílios cedidos pela CONTRATANTE para uso nos serviços objeto deste Contrato;
- f) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causados à FLEM e/ou a terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sobre sua responsabilidade, na execução dos serviços contratados;
- g) pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços objeto deste Contrato, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales transporte etc., obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, sendo-lhe defeso invocar a existência deste Contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para a FLEM;
- h) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato;
- i) observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços;
- j) comunicar à CONTRATANTE, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato, inclusive indicando o nome do responsável, se for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DOS PAGAMENTOS

O Preço Global contratado é R\$......(.....) e o pagamento pela execução dos serviços objeto deste Contrato será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, em 04 (quatro) parcelas trimestrais, em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação de Nota Fiscal eletrônica e depois de devidamente atestado o serviço por preposto da CONTRATANTE;

§ 1º No preço global estabelecido no “caput” desta Cláusula estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações.

§ 2º Havendo erro na fatura, no todo ou em parte, sua tramitação será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção, hipótese em que será considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura após regularização da situação.

§ 3º A CONTRATANTE poderá sustar, no todo ou em parte, os pagamentos devidos, caso ocorra alguma irregularidade devidamente comprovada, na execução dos serviços .

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta dos recursos próprios da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo para execução dos serviços objeto deste Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na sua execução, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação da FLEM, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º A multa a que se refere este item não impede que a FLEM rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Norma de Seleção e Contratação de Fornecedores da FLEM.

§ 2º As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 3º Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a FLEM e a reincidência na prática do ato

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrendo:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) atraso injustificado, à juízo da CONTRATANTE, na execução dos serviços;
- c) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas pela fiscalização da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: No caso de rescisão não cabe, à CONTRATADA, direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços ora contratados será exercida pela Superintendência Administrativa e Financeira da CONTRATANTE, ou de preposto por ela nomeado, denominado no presente instrumento contratual de fiscalização, com poderes para:

- a) acompanhar/fiscalizar a qualidade da execução dos serviços objeto deste Contrato;
- b) transmitir à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias;
- c) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregado da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora da CONTRATANTE;
- d) recusar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as condições especificadas neste Contrato;
- e) comunicar à CONTRATADA qualquer defeito ou irregularidade encontrados na execução dos serviços, estabelecendo prazos para que as mesmas sejam regularizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução dos serviços objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, às quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, para a solução de dúvidas ou questões que tenham origem neste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas que também o assinam e que a tudo assistiram.

Salvador,

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
SUPERINTENDENTE GERAL
CONTRATANTE

NOME DA CONTRATADA.
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS :

CPF:

CPF: